

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO APOIO DO GESTOR PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CULTURAL

Tirza Rodrigues de Almeida

RESUMO

No mundo contemporâneo interdependente do início do século 21, a gestão pública enfrenta desafios complexos, como a polarização e a desigualdade dentro dos países e entre as nações. Estratégias de desenvolvimento são necessárias, sendo a cultura criativa uma delas. É preciso liberar o potencial criativo de todos para responder às mudanças tecnológicas e aos extensos interesses culturais, econômicos e sociais atuais. Ninguém pode reivindicar um monopólio da sabedoria como pessoas criativas inovadoras. Hoje, trocar bens, serviços e cultura é muito importante para as sociedades. A política e a cultura não conseguiram se engajar efetivamente. Profissionais culturais se concentraram em satisfazer às exigências políticas de seus financiadores na tentativa de obter para a cultura o mesmo apoio inquestionável que existe para saúde ou educação, mas a verdade é que os políticos nunca serão capazes de dar esse apoio até que exista uma base mais ampla e mais articulada no consenso democrático dos gestores públicos.

Palavras-chave: Cultura. Cultura criativa. Territórios. Gestão pública.

INTRODUÇÃO

O sistema cultural enfrenta uma crise de legitimidade no governo atual. A cultura está sofrendo cortes extremos de financiamento e são as opiniões condenatórias os sintomas de um problema profundo que persegue a cultura nos últimos meses.

O diagnóstico é preocupante, mas o prognóstico é otimista. O segmento cultural tenta fornecer uma compreensão do porquê a cultura é importante e experimenta criar uma relação triangular entre produtores culturais, decisores políticos e público. Porém, os desejos do povo são diferentes dos anseios da maioria dos políticos, que parecem se importar apenas com questões econômicas e sociais instrumentais. Como resultado, essa relação se tornou disfuncional. A necessidade de apoio ao sistema cultural se torna uma conversa fechada e mal-humorada, enquanto a mídia desempenha um papel destrutivo entre a política e o público. O problema é claramente sistêmico, mas as soluções devem começar com oportunidades para mostrar que o valor do desenvolvimento intelectual é ilimitado e infinitamente expansível.

Em alguns lugares, o alinhamento de pensamento já consegue ser adotado, o que exige coragem e confiança por parte de profissionais em encontrar novas maneiras de construir uma maior legitimidade diretamente com os cidadãos. Uma opção é fazer os políticos entenderem a força da economia criativa e como os produtos dessa indústria permeiam a vida contemporânea, como a televisão, a música, os jogos e as artes cênicas, ocupando muitas horas de lazer das pessoas, bem como dos seus criadores, produtores e realizadores. As evidências até agora sugerem que tal abordagem teria sucesso e serviria aos objetivos de todos os envolvidos.

De acordo com Fleming (2018, p. 10):

[n]o Brasil, a definição oficial de Economia Criativa envolve “aqueles setores criativos cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica.

O que se entende por cultura vem mudando ano após ano, deixando de ser simplesmente uma familiarização com uma lista selecionada de obras de arte e arquitetura e passando a ter importância como uma influência acumulada da criatividade nas artes, exposta nos museus, nas galerias e nas bibliotecas, sendo transformada em grandes patrimônios. Assim, quando se fala sobre a cultura, há uma referência a uma rede extraordinária de indivíduos e organizações, que juntos a preservam, a refletem e a promovem como uma nação e toda a sua rica diversidade (BOAL, 1980).

Esse artigo tem como problematização a forma como as ações de governo podem contribuir (direta ou indiretamente) para o desenvolvimento cultural das cidades e dos territórios criativos. Muitas vezes, a precariedade de recursos, sejam eles financeiros ou de mão de obra especializada, emperra o desenvolvimento de políticas públicas culturais eficientes para diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Compreender de que maneira as cidades lidam com esses problemas e quais as formas criativas utilizadas para vencê-los é essencial para superá-los. O objetivo geral é demonstrar o desenvolvimento de políticas públicas para cultura em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, enquanto os objetivos específicos são definir cultura criativa, descrever a indústria criativa no Brasil, analisar o poder público em cena, explicitar orientações para garantir os interesses públicos como ponto de partida e caracterizar como a cultura tem potencial para transformar comunidades.

Partindo dessas considerações, ações concretas testadas em diversos locais de forma singular já aumentaram o acesso à cultura pela população, bem como promoveram uma facilidade e um crescimento significativos dos meios de produção pelos agentes culturais por meio de

práticas, debates e trocas de informações. Como delimitação, demonstro especificamente as ações do 40º Prêmio Paschoalino, na cidade de Maricá, interior do Estado do Rio de Janeiro, e como suas atividades modificaram o sistema de produção cultural junto ao poder público local.

Sempre haverá uma estética no aspecto da cultura em suas muitas formas e o governo sempre desejará ser o melhor da excelência cultural, mas cada comunidade tem sua própria cultura, sua própria história e suas próprias tradições. Neste mundo globalizado e interconectado, o que ainda é local e único tem um valor especial e deve ser apoiado e incentivado. Os gestores públicos não devem mais ditar a cultura de uma comunidade, ou seja, dizer às pessoas o que criar ou como criar. Logo, o papel do governo é permitir que a cultura local floresça com criatividade e garantir que todos possam ter acesso a ela.

O fato é que os setores culturais são uma parte imensamente importante da economia e da sociedade. Portanto, investimento em cultura não só tem imenso valor econômico, como também possui uma ampla gama de benefícios que tocam a todos no dia a dia, fazendo com que a sociedade entenda melhor a profunda relação entre cultura, saúde e bem-estar.

A metodologia da pesquisa neste artigo, segundo a abordagem, é qualitativa, pois envolve um estudo imerso no assunto da investigação e observação para compilar dados de uma revisão de literatura, através de autores renomados. Segundo Gil (2010), a tipologia das pesquisas quanto às técnicas será bibliográfica. No que se refere a identificar de que forma a criação/manutenção e a difusão do teatro no interior do Estado trazem benefícios para a região, este artigo é classificado como documental, pois seus dados não tiveram um filtro analítico. Também é bibliográfico, pois foram consultados livros de grandes autores sobre o tema, artigos científicos e publicações, entre outros. Quanto aos dados coletados, será considerado secundário, pois sua contribuição vem descrita em livros, revistas técnicas, relatórios e internet.

CULTURA CRIATIVA

O desejo de criações cujo valor não é puramente prático e se comunicam com o valor cultural por meio da música, do teatro, do entretenimento e das artes visuais ou comuniquem posição social através do estilo e da moda é tão antigo quanto a própria sociedade humana. As belas obras sempre foram e continuarão sendo feitas por pessoas com imaginação e talento para fazer essa cultura criativa florescer.

A INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL

As indústrias obtêm seus lucros com as habilidades criativas da força de trabalho, enquanto a geração de propriedade intelectual e coletiva passa a ser conhecida como indústria criativa. O direito de propriedade intelectual é um catalisador que transforma a atividade criativa em indústria e protege a propriedade do criador das ideias, da mesma forma que outras leis protegem o direito à propriedade de bens, terras ou edifícios e permitem fazer escolhas do que é para ser resguardado. Veja na Figura 1, de acordo com o guia *A Economia Criativa Brasileira*, de Tom Fleming (2018), o que a Secretaria de Economia Criativa (SEC), alinhada com a classificação dada pela UNESCO, no ano de 2009, definiu como as principais atividades criativas:

Setores Criativos Nucleares Macrocategorias	Atividades associadas
A Patrimônio Natural e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Museus • Locais históricos e sítios arqueológicos • Paisagens culturais • Patrimônio natural
B Espetáculos e celebrações	<ul style="list-style-type: none"> • Artes cênicas • Festas e festivais • Feiras
C Artes visuais e plástica	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanatos • Pintura • Escultura • Fotografia
D Livros e periódicos	<ul style="list-style-type: none"> • Livros • Jornais e revistas • Outros materiais impressos • Bibliotecas (inclusive virtuais) • Feiras do livro
E Audiovisual e mídias interativas	<ul style="list-style-type: none"> • Cinema e vídeo • Televisão e rádio (incluindo a Internet) • Internet podcasting • Videogames (incluindo on-line)
F Design e serviços criativos	<ul style="list-style-type: none"> • Design de moda • Design gráfico • Design de interiores • Paisagismo • Serviços de arquitetura • Serviços publicitários

Figura 1 – Denominação Economia Criativa (SEC)

Fonte: Fleming (2018)

As indústrias criativas no Brasil se originaram na década de 90. O conceito foi uma tentativa de mudar os termos do debate sobre o valor das artes e da cultura, pois enquanto as artes eram suportadas pela maioria dos governos, estes tendiam a enxergar apenas à margem da economia, tornando o acesso à cultura muito estreito e dependente de subsídio público. Atividades decorrentes da criatividade e da cultura precisam ser entendidas como verdadeiras contribuições

econômicas, pois incluem não apenas as tradicionais formas de arte, como o teatro, a música e o filme, mas também empresas de serviços, como a publicidade, que vende seu criativo de habilidades para alimentar a produção cultural, o varejo de bens criativos e incluir empregos, principalmente nas áreas de *marketing*, relações públicas e comunicação (BRASÍLIA, 2011).

No entanto, as indústrias criativas não operaram isoladamente. Elas estão no centro de uma rede de conexões com outros setores industriais e são uma fonte de inovação para as demais economias, principalmente por meio do *design*, do *branding* e da publicidade, tendo um papel importante a desempenhar nas áreas urbanas com a regeneração e a coesão da comunidade.

As indústrias criativas são importantes tanto para as nações desenvolvidas quanto para as nações em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, um país possuidor de uma cultura rica e um conjunto de talentos criativos locais, que fica menos propenso a perder para a concorrência liderada por preços que causam a exploração de muitos trabalhos de fabricação e serviços terceirizados para as economias dos países desenvolvidos. A economia criativa oferece maneiras de desenvolver regiões desfavorecidas economicamente, que tendem a se agrupar frequentemente em distritos da cidade que foram abandonados pela produção tradicional das indústrias (BRASÍLIA, 2011).

Às vezes, isso não é planejado pelos governos, apenas surge por parte dos próprios artistas ou das pessoas criativas que se mudam para determinadas localidades da cidade e criam uma economia. Em outros casos, o governo local conscientiza e fortalece as indústrias criativas fornecendo assistência e designando o distrito como um polo criativo cultural.

O PODER PÚBLICO EM CENA

As funções e tarefas da administração pública podem e devem ser derivadas de interesses públicos identificados e reconhecidos, uma vez que assegurá-los é a razão de sua própria existência. A orientação da administração pública para assegurar os interesses públicos pode ser entendida como a solução de problemas concretos dos cidadãos, grupos populacionais individuais, e como garantia do funcionamento da sociedade como um todo (SANTOS, 1987).

A esse respeito, a administração pública está interligada com a política pública, cujo objetivo é identificar, expressar e reconhecer os interesses públicos e escolher os meios adequados para satisfazê-los. É claro que o processo de identificar, reconhecer e satisfazer esses interesses é sempre influenciado por interpretações politicamente e ideologicamente afetadas. Se o poder público acredita em arte e cultura com recursos públicos, então também acredita na

igualdade de acesso, atraindo e acolhendo todos.

ORIENTAÇÃO PARA GARANTIR OS INTERESSES PÚBLICOS COMO PONTO DE PARTIDA

No Brasil, a administração pública foi negligenciada devido ao fato de que os políticos duvidavam da própria existência, da extensão e da sua importância para os cidadãos. Interesses públicos identificados e reconhecidos podem tornar-se uma boa base para diferenciar as funções da administração pública. Nessa direção, mudanças significativas são necessárias, especialmente em conexão com a reforma econômica, com a democratização política e com a proteção dos direitos humanos básicos e liberdade (BRANT, 2009).

As funções de todo o setor público estão passando por mudanças radicais de posição em relação à economia e à eliminação de métodos ineficazes e burocraticamente onerosos de intervenções diretas. As principais modificações resultam nas condições internas e externas do desenvolvimento e do funcionamento da economia, principalmente quando se trata da transformação do mercado no processo de globalização das relações econômicas (BRANT, 2009).

É necessário elaborar e executar políticas setoriais eficazes, especialmente em matéria de segurança interna e externa, política regional, política de transportes, política de informação e comunicação, política ambiental, política de educação, política social, política de emprego e política de saúde. Uma administração pública e um setor público que funcionem bem proporcionam condições para a prosperidade da iniciativa privada, criando uma infraestrutura. Assim, uma administração moderna, racional e eficaz é um pré-requisito substancial e insubstituível para o crescimento econômico (CALABRE, 2011).

Outra função significativa da administração pública é assegurar e fortalecer instituições e mecanismos democráticos. Duas direções principais do desenvolvimento da democracia política podem ser mencionadas: a primeira é o fortalecimento das instituições e dos mecanismos da democracia representativa e a segunda é o desenvolvimento das instituições e dos mecanismos de democracia participativa, isto é, participação direta dos cidadãos e das suas organizações na gestão e administração do Estado. A prevenção de uma possibilidade de retorno ao regime totalitário está ligada à proteção consistente dos direitos humanos e liberdades fundamentais (SANTOS, 1987).

A função social do Estado e a administração pública decorrem principalmente dos deveres do Estado no que tange aos cidadãos, que correspondem a seus direitos econômicos, sociais e culturais, de acordo com a Constituição (LARAIA, 1986). Cabe ressaltar que a avaliação da

administração pública depende do cumprimento de suas tarefas e funções e das contribuições para assegurar tarefas e objetivos sociais, tornando importante os resultados obtidos. Em seguida, há uma questão de quão adequada é a organização interna para o desempenho das tarefas e como a eficácia externa é suportada (SOUZA, 2010).

A avaliação das tarefas e funções de desempenho pela administração pública e de sua eficácia social recebe pouca atenção no Brasil. O sistema de controle não foi abrangente e a avaliação da administração pública e de seus componentes individuais é bastante aleatória, muitas vezes em conexão apenas com críticas públicas. Há ausência de um sistema de motivação positiva para alcançar as tarefas e as metas estabelecidas (SOUZA, 2010).

A relação do público brasileiro com as instituições públicas é caracterizada por uma certa crise de confiança. A distância social entre os cidadãos e a administração ainda são consideráveis, mas em alguns casos chega a ser crítica (BRANT, 2009). Deve notar-se, assim, que a relação entre a administração pública e os cidadãos mudou notavelmente nos últimos 25 anos. Um cidadão que, originalmente, recebeu ordens e proibições, está se tornando um parceiro, um usuário, um cliente (CHAUÍ, 2009).

Além disso, ainda existe o problema da burocracia. No caso da gestão no trânsito, por exemplo, a questão levantada para consideração é um monopólio. O Estado deve ter cuidado consistente e intencional, a fim de restringir significativamente a inclinação do servidor ao comportamento burocrático, especialmente quando a administração deixa de ser a mera implementação legal das leis e começa a existir uma necessidade cada vez maior de agir de maneira criativa e tomar iniciativas (LARAIA, 1986).

A administração renuncia, assim, a sua posição privilegiada, sendo apresentada cada vez mais como prestadora de serviços. As autoridades administrativas buscam formas de melhor interação e cooperação com os cidadãos. É importante para a relação entre a administração e o público que não haja ações arbitrárias, especialmente na tomada de decisões em processos administrativos de gestão no trânsito ou quando o transporte público local está restrito (BOAL, 1980). O cidadão não deve ter a sensação de que ele é um mero "objeto" do processo, apenas esperando e ficando em silêncio. Pelo contrário, ele deve ter um direito real de "ser ouvido", uma oportunidade para expressar sua opinião e atitude.

Por fim, cabe ressaltar que a administração, no que se refere à gestão no trânsito, muitas vezes sobrecarrega a si e ao público pela cooperação insuficiente de seus componentes. No entanto, alguns pré-requisitos para a ação direcionada da administração pública são o reconhecimento do seu papel e das suas tarefas e a motivação suficiente para cumpri-las. Assim, os cidadãos devem se familiarizar de forma compreensível.

A CULTURA TEM POTENCIAL PARA TRANSFORMAR COMUNIDADES

O governo do Estado do Rio de Janeiro vem implementando medidas para aumentar a participação na cultura, especialmente entre os excluídos, quando se trata das oportunidades que a cultura tem a oferecer. As riquezas culturais devem beneficiar os municípios e as comunidades em todas as localidades por intermédio das secretarias da cultura, que fazem uma contribuição para a regeneração da saúde e bem-estar dessas regiões. Como descreve Chauí (2009), um modelo de sucesso de um investimento cultural no qual o público funciona juntamente com ganhos de renda, financiamento do setor privado e filantropia é o ideal, pois esta mistura de fluxos fornece a base para um setor cultural próspero e resiliente.

O que se entende por cultura vem mudando, também, o gestor público, não significando mais apenas a familiarização com uma lista selecionada de obras de arte e arquitetura, mas influenciando o acúmulo da criatividade, com exposições em museus, galerias, bibliotecas, arquivos e patrimônios. Quando se trata de cultura atual, os gestores se referem a uma rede extraordinária de indivíduos e organizações, que juntos a preservam, a refletem e a promovem, sempre respeitando a diversidade local (BRANT, 2009).

Um exemplo disso é a parceria de municípios com a Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro (FETAERJ), pois:

[...] a FETAERJ associa grupos de teatro com o objetivo de desenvolver o fomento, a criação/manutenção e a difusão do teatro no nosso Estado. Há mais de 40 anos trabalha com o princípio da descentralização da produção cultural, [...] realizando festivais, congressos, seminários, oficinas, mostras, [...] leituras, cursos e FESTIVAIS DE TEATRO. (FETAERJ, 2019, não paginado)

Todos devem ter a chance de conhecer a cultura do país, participar, criar e ver suas vidas sendo transformadas por ela. Por isso, os governos devem ter uma boa estrutura, promover e apoiar os setores culturais em todos os municípios, inclusive no interior dos estados. É necessário criar políticas e programas que beneficiem esses setores em diversas localidades, incluindo benefícios e incentivos fiscais, financiamentos, venda de bilhetes de loteria, acesso aprimorado a alta velocidade de banda larga e suporte para atividades culturais específicas (BARROS, 2011).

Bons exemplos de criação de programas benéficos aos setores culturais são os festivais de Teatro promovidos pela FETAERJ, realizados em vários municípios do interior:

O Festival da FETAERJ – PRÊMIO PASCHOALINO – é a ação mais importante realizada pela Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro. Com mais de 40 realizações, o festival possui um grande histórico sendo reconhecido como um dos

festivals mais importante do país, ocorrendo de forma ininterrupta. O próprio nome do Festival é uma homenagem ao grande ator e guerreiro da arte Paschoal Carlos Magno. O Festival acontece anualmente no final do mês de julho e, neste período de grande encontro teatral, os federados vivenciam diariamente os espetáculos da Mostra de grupos e companhias do Estado do Rio de Janeiro, Companhias convidadas de outros Estados, oficinas, debates, discussões acerca do fazer teatral. O festival é o momento de troca de experiências, de arte e linguagens de artistas de locais diferentes que somam estas experimentações. (FETAERJ, 2018, não paginado)

A cultura traz muitos benefícios para os gestores públicos, podendo citar como principais: o valor intrínseco, que é o enriquecimento do valor da cultura em si; o valor social, melhorando a escolaridade e ajudando pessoas mais saudáveis; e o valor econômico, que mostra como a cultura contribui para o crescimento econômico e para a criação de empregos. O valor intrínseco da cultura cria inspiração, enriquece e melhora a visão de vida. As evidências sugerem que a cultura o obtém por meio do impacto positivo no bem-estar pessoal, pois seu envolvimento, seja como espectador ou como participante, aumenta significativamente a satisfação com a vida (CALABRE, 2011). Já o valor social da cultura tem importantes benefícios sociais em termos de saúde, educação e coesão da comunidade. São evidentes os efeitos benéficos das artes tanto na saúde física quanto na saúde mental, incluindo mudanças fisiológicas e psicológicas em desfechos clínicos, diminuindo a quantidade de tempo gasto no hospital, além de melhorar a saúde mental.

Fatos mostram que o envolvimento na cultura pode aumentar a probabilidade de um jovem ir mais longe em seus estudos. Observe a opinião do presidente da FETAERJ, Sr. Pablo Rodrigues, a respeito do ensinamento técnico nas oficinas promovidas no 40º Festival de Teatro Estadual da FETAERJ em Maricá:

Presidente da FETAERJ, o gestor cultural e iluminador Pablo Rodrigues ministrava a oficina de iluminação que, segundo ele, ajuda a preparar o *backstage* dos municípios aqui representados. "Nós temos vários iluminadores que saíram dessas oficinas e voltaram para os seus municípios com uma bagagem técnica muito maior. Isso é de uma importância não só econômica, porque muitas vezes já saem daqui com uma profissão, como permite que tenham uma visão da parte externa do fazer teatral", ponderou. (NUNES, 2018, não paginado)

O valor econômico da cultura vem do crescimento do turismo nas localidades, como a promoção de festivais culturais. Com isso, o número de pessoas empregadas por ano nos setores criativos aumenta.

Como já explicitado nesse artigo, a participação na cultura é significativamente menor entre as pessoas de baixa renda. Sendo assim, o gestor público deve abraçar e beneficiar a diversidade com um compromisso sincero de inclusão. Deve entender também que, quando as pessoas são

jovens, o Estado deve fornecer nas escolas um currículo amplo e equilibrado que promova o conhecimento cultural, pois experimentar e entender a cultura é essencial para educação. O acesso a grandes obras de arte, música boa, literatura e teatro é uma parte importante para todas as crianças e jovens, pois proporciona a experiência de aprender a tocar um instrumento musical, a desenhar, a pintar e ainda a dançar e a interpretar. Tudo isso pode construir paixões ao longo da vida e acabar abrindo portas para carreiras na cultura e para criatividade nos setores artísticos em qualquer lugar (BARROS, 2011). A falta de olhar do gestor público pode estar tirando o conhecimento e as habilidades de muitas crianças desfavorecidas que são excluídas pela pobreza.

Deveria haver melhor acesso ao desenvolvimento de habilidades e mais claros caminhos para descobrir talentos nos setores culturais e criativos, pois a tradição das artes cênicas, por exemplo, necessita ser compartilhada e conservada. Sendo assim, gestores públicos precisam garantir que haja clareza e rotas combinadas para habilidades e carreiras nos setores culturais, tanto para técnicos quanto para artistas.

Os caminhos para os setores culturais precisam ser melhor definidos, sinalizados e apoiados, especialmente para jovens e pessoas desfavorecidas. Portanto, os responsáveis por financiá-los devem mostrar a realidade e a diversidade dos municípios, dos estados e do país, para que a cultura represente diversos cidadãos da sociedade, bem como seus talentos artísticos e forças de trabalho.

A diversidade é essencial para o sucesso de setores culturais. Usar todos os talentos regionais é desafiar e rejuvenescer jovens e portadores de deficiência que podem trabalhar e possuem familiaridade com esses setores. É indiscutível que foram feitos progressos abordando o equilíbrio de gênero e representação LGBTQIA+ dentro da cultura e dos seus setores. Caminhos mais claros para pessoas de grupos étnicos negros, minoritários e deficientes físicos estão finalmente sendo encontrados. Ainda que timidamente, governos estão trabalhando para essa melhoria de oportunidade (BARROS, 2011).

Contudo, apesar da inclusão, alcançar maior diversidade tem sido um problema por muitos anos. Os números gerais sobre diversidade não refletem as médias nacionais. No momento, não são vistos setores culturais verdadeiramente comprometidos com essa esfera, apesar das origens étnicas brasileiras serem predominantemente negras e pardas, o que torna essa situação ainda mais decepcionante.

Por fim, deve-se dizer que cada comunidade foi moldada por uma combinação única de paisagens, arquitetura, tradições, festivais, artesãos e artistas. É necessário que cada vez mais líderes compreendam o potencial da cultura e expandam suas visões para colocar a cultura na vanguarda das regiões, sendo uma das estratégias de parceria com gestores públicos dos

governos locais. As autoridades devem estar preparadas para apoiar, colaborar e melhorar práticas bem-sucedidas, como o exemplo da FETAERJ e do governo do município de Maricá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura, mais amplamente no mundo comercial, e as políticas públicas que afetam a capacidade das pessoas de imergirem na cultura do próprio país estão indissociavelmente ligadas a questões de justiça social. No Brasil, parte da população é cultural e criativamente privada de direitos, mas a justiça social não será alcançada simplesmente por aumentar o acesso a determinada cultura, pois ela deve estar aberta à contestação e à adaptação de todas as partes da sociedade.

Cabe dizer que esse projeto acontece a longo prazo. Quase toda a população participa de alguma atividade cultural, mesmo que esteja fora da cultura do país e dos critérios comumente adotados para medir a participação nas artes por alguns governantes, já que quase todo o cidadão ouve, lê, assiste, dança e canta.

O cidadão parece até ter um desejo de se juntar mais à cultura dita "legítima", mas muitas vezes é recebido pelo gestor público com um forte senso de rejeição, sendo excluído de algo que gostaria de acessar. Em uma sociedade democrática moderna, a capacidade de entender e de envolver-se com a rica variedade de culturas é uma condição prévia para poder desempenhar um papel completo na vida contemporânea.

A falta de cultura e de confiança impõe limites à mobilidade social, mas o importante é a capacidade de se expressar culturalmente, tornando-se uma marca de liberdade e um exercício de poder. Se a cultura é a ferramenta que ajuda a quebrar as divisões e desigualdades de classe, em vez de forçar parte da população a gostar da "alta cultura", o gestor público deve entender que a própria cultura deve ser acessada por todos.

O desafio de criar um diferente alinhamento entre cultura, política e público já foi desenvolvido pela FETAERJ, que dá a sua contribuição à produção cultural, associando-se a grupos de teatro com o objetivo de desenvolver o fomento, a criação, a manutenção e a difusão das artes cênicas no interior do estado, por meio do festival do prêmio Paschoalin e da parceria com o município de Maricá. Esse exemplo deve ser usado como um ponto positivo para prosperar a cultura regional, fazendo com que a cultura criativa traga benefícios socioeconômicos para a região.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. O programa Cultura Viva e a diversidade cultural. *In*: Pontos de cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011. p. 61-89.

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas: o sistema trágico coercitivo de Aristóteles. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRANT, Leonardo. O poder da cultura. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BRASÍLIA. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

CALABRE, Lia; BARBOSA, Frederico. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

FESTIVAL da FETAERJ – Prêmio Paschoalino 2018 abre inscrições. Palco, Teatro e Cinema, 2018. Disponível em: <https://palcoteatrocinema.com.br/2018/06/04/festival-da-FETAERJ-premio-paschoalino-2018-abre-inscricoes/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FETAERJ. FETAERJ: Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.FETAERJ.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. Prêmio Paschoalino Festival Estadual de Teatro da FETAERJ. Disponível em: <https://www.FETAERJ.com/paschoalino>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FLEMING, Tom. A Economia Criativa Brasileira. [S. l.]: British Council, 2018. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/brasil_economia_criativa_online2-fg.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 61. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 45.

LARAIA, Roque de Barros. Como opera a cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

NUNES, Elaine. Oficinas de iluminação e cenografia no Festival de Teatro. Prefeitura de Maricá, 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2018/08/13/oficinas-de-iluminacao-e-cenografia-no-festival-de-teatro/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Vitor Neves de. Novo desenvolvimentismo brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/OB2xO1cAz_Po4NDhiZmMyNzctYzNm_ZC00ZDU5LTljOTEtNzllZjIwNDJlN2I5/views. Acesso em: 10 nov. 2020.